

JUNTA DE FREGUESIA DE ALVALADE

Proposta n.º 10/2015

Considerando que:

- I. A Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro, procedeu à reorganização administrativa da cidade de Lisboa, tendo sido atribuídas competências próprias às juntas de freguesia, que implicam um aumento de recursos materiais, designadamente na área de informática, ao nível do *software*;
- II. É propósito da Junta de Freguesia de Alvalade elevar o nível de serviço prestado assente em recursos tecnológicos que permitem ganhos de eficiência e produtividade, conforme expresso nas Opções do Plano aprovadas pela Assembleia de Freguesia;
- III. A aquisição do *software*, permite ajustar o número de licenças e utilização do mesmo (no curto prazo) à futura estrutura de pessoal e instalações, aumentando assim, o nível de qualidade do serviço prestado;
- IV. A aquisição do *software* é necessário para o regular funcionamento dos serviços da Junta de Freguesia de Alvalade, atendendo à dimensão atual da sua estrutura de pessoal e de instalações;
- V. Foi obtido orçamento por parte do fornecedor Fresoft, o qual se anexa à presente proposta;
- VI. Um procedimento pré-contratual com consulta a várias entidades seria desajustado em face da utilização atual do *software* em causa, o qual, já assegura o funcionamento aplicacional da Junta de Freguesia de Alvalade e é fornecido satisfatoriamente por este fornecedor;
- VII. Pelo que se afigura mais adequado, atendendo à consulta realizada, adotar um procedimento pré-contratual com consulta à referida entidade, a qual apresentou na consulta realizada o preço de 646,87€ (seiscentos e quarenta e seis euros e oitenta e sete cêntimos) mensais acrescido de iva à taxa legal aplicável.

Face ao exposto, tenho a honra de propor a esta Junta de Freguesia, que delibere:

JUNTA DE FREGUESIA DE ALVALADE

1. A aprovação da decisão de contratar, “Aquisição de serviços de manutenção e assistência técnica ao software aplicativo ERP Fresoft - Proc. n.º 03/AJ/JFA/” – Processo n.º 03/AJ/JFA/15 – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS, nos termos e para os efeitos do artigo 36.º, n.º 1 do Código dos Contratos Públicos (adiante CCP) aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro, pela Lei n.º 3/2010, de 27 de Abril, pelo Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14 de dezembro, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho, conjugado com o artigo 18.º, n.º 1, alínea h) a *contrario sensu* da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, descrito no Anexo I do Caderno de Encargos, que se considera integralmente reproduzido, para os devidos efeitos;
2. A aprovação da escolha do tipo de procedimento (cfr. artigo 38.º do CCP) e consequente lançamento do procedimento pré-contratual por ajuste direto ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 16.º conjugada com a alínea a) do artigo 20.º, ambos do CCP, cuja tramitação obedecerá ao disposto nos artigos 112.º a 127.º do mesmo Código, com vista à aquisição dos bens acima descritos;
3. A escolha do procedimento por ajuste direto justifica-se porquanto se trata da aquisição de serviços correntes, que presentemente os serviços já possuem, mas que necessitam de atualização atendendo à atual dimensão da estrutura de pessoal e de instalações, e a utilização de outro procedimento impediria o cumprimento das atribuições da Freguesia de Alvalade, cuja premência resulta da reorganização administrativa da Cidade de Lisboa;
4. A autorização para a realização da despesa emergente do contrato a celebrar, que contempla preço base de €23.300,00 (vinte e três mil e trezentos euros), valor ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor, com cabimento na Económica 02.02.19.00, da Orgânica 02.00.00, do Orçamento em vigor, conforme cabimento em anexo;

JUNTA DE FREGUESIA DE ALVALADE

5. A aprovação das peças do procedimento anexadas à presente proposta, em conformidade com a alínea a), do n.º 1 e com o n.º 2 do artigo 40.º do CCP, nomeadamente o convite à apresentação de proposta e o Caderno de Encargos e respetivos anexos;

6. A consulta por convite, a realizar nos termos e para os efeitos do artigo 20.º, n.º 1 e do artigo 112.º do CCP, à seguinte entidade:

i. Fresoft

Rua Miguel Torga, 2 C

Escritório 4.4

Alfragide

2610-086 AMADORA

Trv. do Giestal 26B, 1300-278 Lisboa

fresoft@fresoft.pt

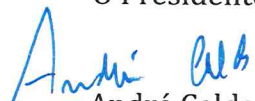
(+351) 211 377 133

7. Por força do disposto no artigo 125.º, n.º 1, concatenado com o artigo 67.º, n.º 1, ambos do CCP, o procedimento será conduzido pelos serviços competentes da Junta de Freguesia de Alvalade;

8. A delegação no Presidente, para os efeitos do artigo 18.º, n.º 1, alínea h) da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, da competência para a prática de todos os atos procedimentais, incluindo a competência para autorizar a despesa com o contrato e, consequentemente, para a adjudicação, nos termos conjugados do artigo 124.º, n.º 4 e 36.º, n.º 1 do CCP, bem como a competência para aprovar a minuta do contrato, nos termos do artigo 98.º, e 109.º, n.º 1, ambos do CCP e para a subscrição do mesmo.

Lisboa, em 2 de fevereiro de 2015

O Presidente


André Caldas